

O estado do conhecimento sobre a Educação Física no Novo Ensino Médio

The state of knowledge on Physical Education in the New Secondary Education

El estado del conocimiento sobre la Educación Física en el Nuevo Enseñanza Media

Sérgio de Oliveira Junior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7460-3515>

Victor Julierme Santos da Conceição

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4026-1040>

Resumo: A reestruturação curricular do Ensino Médio, iniciada pela Medida Provisória 746/2016 e formalizada pela Lei nº 13.415/2017, direciona e impacta significativamente o campo da Educação Física. Para compreender este cenário, a presente pesquisa tem como objetivo identificar a produção do conhecimento em periódicos científicos, dissertações e teses sobre as implicações do Novo Ensino Médio na Educação Física. A metodologia adotada foi o Estado de Conhecimento, que guiou a pesquisa com rigor científico, permitindo compreender a linha temporal das produções científicas existentes do objeto de estudo. Foram selecionadas 11 dissertações, uma tese e 33 artigos dos Periódicos CAPES, datados de 2017 a 2024. As considerações transitórias foram construídas por meio da bibliografia propositiva do Estado do Conhecimento, com base nas análises do material encontrado. As pesquisas mostram a secundarização e a desvalorização da Educação Física no Ensino Médio, vista a redução de carga horária da disciplina em todas as 27 Unidades Federativas do Brasil. A Lei nº 13.415/2017 simplifica o objeto de ensino da Educação Física ao estabelecer “estudos e práticas”, valorizando os conhecimentos técnicos e práticos. Segundo as pesquisas, os itinerários formativos abrem brecha para a terceirização da disciplina e para a entrada do “notório saber”. Assim, é necessário repensar a Educação Física no Ensino Médio, fortalecendo seu objeto de ensino e legitimando suas atribuições.

Palavras-chave: estado do conhecimento; educação física; reforma do ensino médio; sociologia da educação.

Abstract: The restructuring of the Secondary School curriculum, initiated by Provisional Measure 746/2016 and formalized by Law no. 13.415/2017, has had a significant impact on Physical Education. This research aims to examine how this reform affects Physical Education by analyzing knowledge produced in scientific journals, dissertations, and theses. Using a State of Knowledge methodology, this study meticulously reviews the temporal progression of scientific literature on this topic. Eleven dissertations, one thesis and thirty-three articles were selected from the CAPES Periodicals, covering the period from 2017 to 2024. The analysis revealed that Physical Education has been increasingly marginalized and undervalued in Secondary School, evidenced by a reduction in the subject’s instructional hours across Brazil’s 27 Federal Units. Law no. 13.415/2017 has further simplified Physical Education by focusing on “studies and practices,” thereby emphasizing technical



and practical knowledge. The research also indicates that the new formative itineraries may lead to the outsourcing of the subject and the inclusion of external expertise. Thus, it is crucial to reassess and reinforce Physical Education in Secondary School to enhance its educational role and validate its importance.

Keywords: state of knowledge; physical education; new secondary education; sociology of education.

Resumen: La reestructuración del currículo de la Educación Secundaria, iniciada por la Medida Provisional 746/2016 y formalizada por la Ley nº 13.415/2017, ha tenido un impacto significativo en la Educación Física. Esta investigación tiene como objetivo examinar cómo esta reforma afecta a la Educación Física mediante el análisis del conocimiento producido en revistas científicas, disertaciones y tesis. Utilizando una metodología de Estado del Conocimiento, este estudio revisa minuciosamente la progresión temporal de la literatura científica sobre este tema. Se seleccionaron once disertaciones, una tesis y treinta y tres artículos de las Publicaciones de CAPES, abarcando el período de 2017 a 2024. El análisis reveló que la Educación Física ha sido cada vez más marginada y desvalorizada en la Educación Secundaria, evidenciado por una reducción en las horas de instrucción de la materia en las 27 Unidades Federales de Brasil. La Ley nº 13.415/2017 ha simplificado aún más la Educación Física al centrarse en los “estudios y prácticas”, enfatizando así el conocimiento técnico y práctico. La investigación también indica que los nuevos itinerarios formativos pueden llevar a la externalización de la materia e incluir la experiencia externa. Por lo tanto, es crucial reevaluar y reforzar la Educación Física en la Educación Secundaria para mejorar su rol educativo y validar su importancia.

Palabras clave: estado del conocimiento; educación física; reforma de la educación secundaria; sociología de la educación.

1 Introdução

Ítalo Calvino (1994, p. 07), ao escrever um de seus grandes poemas *Palomar na Praia*, descreve que “[...] em suma, não se pode observar uma onda sem levar em conta os aspectos complexos que concorrem para formá-la e aqueles também complexos a que essa dá ensejo”. Neste horizonte, conhecer a onda é unir o que está separado, ou seja, pensar de acordo com Morin (2005, p. 181), a partir do princípio hologramático, de que “[...] não só a parte está no todo, mas também que o todo está na parte”, tal como, desde o século XVII, Blaise Pascal (1623-1662) anunciara. Essa afirmação só pode ser compreendida em um movimento hologramático, no qual se vai da parte para o todo, do todo para as partes, na busca por compreender o fenômeno, reconhecendo a impossibilidade e a necessidade da totalização, em síntese, com a consciência absoluta do caráter inacabado de todo conhecimento. Dessa forma, a complexidade surge de seu caráter inacabado, na dificuldade, na incerteza e não como uma clareza – uma resposta (Morin, 2008).

É necessário encontrar o caráter multidimensional¹ do objeto, sendo a busca pelo conhecimento inalcançável o que nos permite entender que a complexidade não é completude, mas sim a incompletude do conhecimento – lutando contra a mutilação do saber. A complexidade busca conceber a articulação presente em um caráter multidimensional, não dando todas as

¹ Implica em não isolar as partes do todo e vice-versa.

informações sobre o fenômeno estudado, mas respeitando suas diversas dimensões. Ao aspirar à multidimensionalidade, o pensamento complexo comporta em seu interior um princípio de incompletude e de incerteza. Para Morin (2008, p. 192), “A totalidade é, ao mesmo tempo, verdade e não verdade, e a complexidade é isso: junção de conceitos que lutam entre si”. Pensar a partir da complexidade é quebrar esferas que delimitam o conhecimento para restabelecer as articulações com o que foi separado. Deste modo, a pesquisa busca cumprir o seguinte objetivo: identificar a produção do conhecimento em periódicos científicos, dissertações e teses sobre as implicações do Novo Ensino Médio (NEM) no campo da Educação Física (EF).

Compreender o processo de construção do conhecimento sobre a temática do NEM se torna uma tarefa árdua, pois requer um olhar direcionado sobre a multidimensionalidade da realidade construída (e em construção) na organização do sistema educacional. Esta política direcionada ao ensino médio, inicialmente discutida a partir da Medida Provisória (MP) 746/2016, e materializada por meio da Lei nº 13.415/2017, ainda é alvo de discussões e debates. Após forte pressão, mobilização e manifestações de entidades, movimentos sociais, docentes, discentes e outros para a revogação do Novo Ensino Médio, o Ministério da Educação (MEC) suspendeu o cronograma de implementação da Lei nº 13.415/2017, por meio da Portaria MEC nº 521, 13 de julho de 2021, e apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 5.230/23, aprovado na Câmara dos Deputados no dia 09 de julho de 2024². A “reforma da reforma” apresenta poucas melhorias em relação ao documento anterior, como o restabelecimento da formação básica comum em 2.400 horas³ e a obrigatoriedade da Educação Física, Arte, História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Física, Química e Biologia em todos os anos do Ensino Médio.

O processo de produção e análise do conhecimento requer caminhar sobre o conhecimento acumulado do objeto de estudo, compreendendo a multidimensionalidade das produções existentes em seu complexo. Diante dessas questões, é importante a imersão nas produções para ampliarmos as leituras existentes sobre o objeto, compreendendo os fenômenos que fazem parte deste processo e seus reais impactos na educação. Nesse sentido, a rede de informações existentes é construída por diferentes dissertações e teses, produzidas por autores de diversos estados brasileiros, que se entrecruzam e formam uma unidade complexa que nos permitem produzir um panorama sobre as produções acadêmicas em volta desta temática.

2 Metodologia: caminhos para conhecer as partes e o todo

² PIOVESAN, Eduardo; MIRANDA, Tiago. Câmara dos Deputados. **Câmara aprova mudanças na reforma do ensino médio**. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1081896-camara-aprova-mudancas-na-reforma-do-ensino-medio/>. Acesso em: 07 set. 2024.

³ Para os alunos que não optarem pelo ensino técnico-profissionalizante.

A crescente expansão dos cursos de pós-graduação gerou um aumento de grupos de pesquisa, programas de apoio e fomento à pesquisa e tem gerado, de acordo com Vosgerau e Romanowski (2014), uma intensa produção de pesquisas. O conhecimento acumulado pelo campo da Educação Física (EF) sobre o Ensino Médio possibilita adotar um olhar multidimensional a partir do Estado da Arte. Este tipo de produção é resultado de uma longa e aprofundada pesquisa sobre uma determinada temática (Eco, 2009), que permite “[...] a compreensão do movimento da área, sua configuração, propensões teóricas metodológicas, análise crítica indicando tendências, recorrências e lacunas” (Vosgerau; Romanowski, 2014, p. 167). Portanto, este estudo consiste na coleta, na organização, na categorização e na síntese da construção do conhecimento da temática supracitada de forma descritiva e analítica.

O percurso metodológico para a construção desta pesquisa se iniciou ao estabelecermos o catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁴ e do seu respectivo Banco de Periódicos⁵ para realizarmos a busca das produções científicas, com o recorte temporal entre os anos de 2017 a 2024. O período de tempo estabelecido para a pesquisa buscou iniciar o levantamento de dados desde o momento em que a Lei nº 13.415/2017 foi promulgada até o presente ano de 2024. Para a busca, utilizamos os seguintes descritores⁶: “Novo Ensino Médio (NEM)”, “Contrarreforma do Ensino Médio” e “Reforma do Ensino Médio”. Os termos foram escolhidos por manterem proximidade com a temática central, o Ensino Médio, e com o objeto de estudo a ser investigado.

Ao iniciar a busca⁷ pelos periódicos, pelas dissertações e pelas teses com os termos aferidos, os dados foram filtrados da seguinte forma: no item pós-graduação no Catálogo da CAPES mantivemos todos, sendo eles: Doutorado, Mestrado e Mestrado Profissional. No banco de periódicos o item pós-graduação não existe. Utilizamos as seguintes grandes áreas do conhecimento, Ciências da Saúde, Ciências Humanas e Multidisciplinar. De acordo com Hallal e Melo (2017) no cenário atual observa-se cada vez mais a migração de pesquisadores oriundos da Educação Física ligados às Ciências Humanas e Sociais para outros campos de conhecimento. Nesse sentido ao escolhermos estas grandes áreas, optamos por valorizar a produção intelectual destes pesquisadores que trabalham em distintos programas de pós-graduação no Brasil.

⁴ COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Governo Federal. **Catálogo de Teses e Dissertações**. 2024. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Acesso em: 11 set. 2024.

⁵ COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Governo Federal. **Periódicos CAPES**. 2024. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 11 set. 2024.

⁶ Não se utilizou do operador booleano.

⁷ Realizada entre os meses de abril e junho de 2024.

Nas Tabelas 1 e 2, encontram-se os resultados da primeira busca obtidos com os descritores selecionados e as estratégias elencadas no parágrafo acima.

Tabela 1 – Resultados iniciais da busca no banco de teses e dissertações da CAPES

Termos de busca	Número de resultados (teses e dissertações)
Novo Ensino Médio	1.357
Reforma do Ensino Médio	412
Contrarreforma do Ensino Médio	38
TOTAL	1.807

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Tabela 2 – Resultados iniciais da busca no banco de periódicos CAPES

Termos de busca	Número de artigos
Novo Ensino Médio	1.540
Reforma do Ensino Médio	953
Contrarreforma do Ensino Médio	65
TOTAL	2.558

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Para refinar o processo de escolha dos estudos, utilizou-se do processo de “bibliografia anotada”, que consiste no uso de regras para identificar e selecionar os trabalhos que farão parte do corpus de análise (Morosine, 2015). Dessa forma, em um primeiro momento, foram realizadas as leituras dos títulos e palavras-chave e, como critério de inclusão para a seleção dos trabalhos, utilizou-se somente da escolha de pesquisas vinculadas à área da EF. Nas Tabelas 3 e 4, encontram-se os resultados desta primeira etapa do estado do conhecimento.

Tabela 3 – Resultado ao refinar a busca sobre as teses e dissertações

PRIMEIRA BUSCA NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES	
Novo Ensino Médio	17
Reforma do Ensino Médio	10
Contrarreforma do Ensino Médio	02
TOTAL	29 teses e dissertações selecionadas

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Tabela 4 – Resultado ao refinar a busca no banco de periódicos

PRIMEIRA BUSCA NOS PERIÓDICOS	
Novo Ensino Médio	27
Reforma do Ensino Médio	30
Contrarreforma do Ensino Médio	03
TOTAL	60 artigos selecionados

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Posteriormente, para chegar ao número final, utilizou-se a bibliografia sistematizada de Morosine (2015) e realizou-se a leitura dos resumos para a seleção e aprofundamento da pesquisa. Nesse processo, também foi adotada a classificação sugerida por Manoel e Carvalho (2011, p. 392), com o objetivo de escolher as pesquisas vinculadas às subáreas pedagógica e sociocultural da Educação Física. Foram consideradas questões relativas à formação de discentes e de professores, ao desenvolvimento curricular e aos aspectos sociais e políticos evidenciados nas produções sobre o Ensino Médio.

Dessa forma, todos os resumos de periódicos, dissertações e teses foram lidos e analisados quanto à pertinência e aproximação com as subáreas. Assim, os seguintes critérios de exclusão foram adotados: a) periódicos, dissertações e teses duplicados; b) pesquisas sobre a Educação Infantil e Ensino Fundamental; c) pesquisas que abordam a prática pedagógica e os conteúdos da Educação Física; d) pesquisas de estado da arte e revisões sistemáticas; e) pesquisas em que o idioma não seja a língua portuguesa.

Desse modo, chegou-se à bibliografia categorizada e, ao final, foram selecionadas 11 dissertações, uma tese, e 33 artigos, conforme os Quadros 1 e 2.

Quadro 1 – Dissertações e teses selecionadas.

Dissertação / Tese	Autor (ano)	Título
Dissertação	Adriana Vitória Cardoso Lopes (2021)	A reestruturação curricular da Educação Física Escolar na educação profissional no estado da Bahia diante da Reforma do Ensino Médio
Dissertação	Alex Frisselli de Oliveira Motta (2023)	Novo Ensino Médio e Educação Física: um estudo sobre a lei 13.415/17 e a proposta curricular do estado de Mato Grosso
Dissertação	Angélica Vilela Lessa (2018)	A Reforma do Ensino Médio (lei 13.415/2017): uma análise da perspectiva dos professores de Educação Física da rede Estadual de Pelotas/RS
Dissertação	Bruna Beatriz da Rocha (2020)	Educação Física no ensino médio: os dilemas da disciplina com a lei nº 13.415
Dissertação	Bruno Cesar Rodrigues da Silva (2019)	A Educação Física no Novo Ensino Médio: dificuldades e possibilidades de consolidação nas escolas de referência da rede pública de ensino do estado de Pernambuco.

Quadro 1 – Dissertações e teses selecionadas.

Dissertação / Tese	Autor (ano)	Título
Dissertação	Fernando Augusto Generino Soares (2017)	A Contrarreforma do governo Michel Temer e a reorganização do projeto neoliberal e a desconstrução da Educação Física Escolar
Dissertação	Juslei Teixeira Teles (2021)	A disciplina Educação Física para o nível médio nos discursos das reformas educacionais Brasileiras (1971-2017)
Dissertação	Nathalia Dória Oliveira (2022)	Reforma Curricular do Ensino Médio: uma análise sobre a noção de linguagem e a suas implicações para a Educação Física
Dissertação	Perla Cristina Frangiotti Machado (2023)	Desenvolvimento de itinerário formativo relacionado com a Educação Física escolar: desafios e perspectivas no novo ensino médio
Dissertação	Simone Santos Kunh (2021)	A reforma do Ensino Médio e suas implicações para a rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul e para a Educação Física nesse contexto: um estudo de caso
Dissertação	Weder Camillo de Souza (2021)	O Novo Ensino Médio e a Educação Física nas escolas públicas do Mato Grosso: Itinerários formativos e o protagonismo juvenil
Tese	José Arlen Beltrão (2019)	Novo Ensino Médio: o rebaixamento da formação, o avanço da privatização e a necessidade de alternativa pedagógica crítica na Educação Física

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Quadro 2 – Artigos selecionados.

Revista	Autor (ano) / Periódico	Título
Motrivivência	Robson dos Santos Bastos, Osvaldo Galdino dos Santos Junior, Marcelo Pereira de Almeida Ferreira (2017)	Reforma do Ensino Médio e a Educação Física: um abismo para o futuro
Motrivivência	Gabriel Carvalho Bungenstab, Ari Lazzarotti Filho (2017)	A Educação Física no “Novo” Ensino Médio: a ascensão do notório saber e o retorno da visão atlética e “esportivizante” da vida
Motrivivência	Vanessa Gomes de Castro (2017)	As atribuições da Educação Física escolar: um enfoque especial no Ensino Médio
Motrivivência	José Ângelo Gariglio, Admir Soares Almeida Junior, Cláudia Márcia Oliveira. (2017)	O “Novo” Ensino Médio: implicações ao processo de legitimação da Educação Física.
Motrivivência	Vicente Molina Neto, <i>et al.</i> (2017)	A Educação no Ensino Médio ou para entender a era do Gelo

Quadro 2 – Artigos selecionados.

Revista	Autor (ano) / Periódico	Título
Motrivivência	Maristela da Silva Souza, Fabrício Krusche Ramos (2017)	Educação Física e mundo do trabalho: um diálogo com a atual Reforma do Ensino Médio
Caderno de Educação Física e Esporte	Graziella da Silva Crescêncio, Larissa Cerignoni Benites (2018)	A Reforma do Ensino Médio nos jornais: elementos para um diálogo sobre a educação física.
Ensino em RE-VISTA	Marta Genú Soares, Meriane Conceição Paiva de Abreu, Carla Loyana Dias Teixeira (2018)	A reforma do Ensino Médio – 2017: notas sobre a formação de professores, a educação e a Educação Física
Pensar a Prática	Álcio Crisóstomo Magalhães, Júlio César Apolinário Maia (2019)	A Educação Física escolar no contexto da Contrarreforma do Ensino Médio (lei nº 13.415): a resistência pela insistência na crítica e na articulação ciência, cultura e trabalho
Revista Nova Paideia	Lauro Rafael Cruz, Mônica Ribeiro da Silva (2019)	A Educação Física frente às ameaças da medida provisória 746/16: Movimentações e Repercussões.
Pensar a Prática	Gabriel Carvalho Bungentab (2019)	Educação Física, Ensino Médio e Juventude: Vamos falar sobre crise?
Germinal	Gabriel Vielmo Gomes, Maristela da Silva Souza (2020)	A secundarização da Educação Física na Reforma do Ensino Médio
Revista Práxis Educacional	José Arlen Beltrão, Davi Romão Teixeira, Celi Nelza Zulke Taffarel (2020)	A Educação Física no Novo Ensino Médio: Implicações e Tendências promovidas pela reforma e pela BNCC
Devir Educação	Bruna Beatriz da Rocha, Márcio Norberto Farias (2020)	A nova Reforma do Ensino Médio amparada pela Lei 13.415 e suas ameaças para a disciplina de Educação Física
Motrivivência	Murilo Eduardo dos Santos Nazário, Wagner dos Santos, Amarílio Ferreira Neto (2020)	Netnografia da Educação Física na Reforma do Ensino Médio brasileiro: práticas discursivas nas redes sociais youtube, Instagram, facebook e twitter
Motrivivência	Lauro Rafael Cruz, Alice Raquel Mais Negrão, Meriane Conceição Paiva Abreu. (2020)	Concepções e perspectivas à Educação Física na base nacional comum curricular do Ensino Médio no Brasil.
Olhar de Professor	Gabriel Francisco Zago Pacheco; Sérgio Roberto Silveira (2021)	O currículo de Educação Física no Ensino Médio do estado de São Paulo na voz dos professores: uma avaliação pré-reforma.
Caderno de Educação Física e Esporte	Danilo Bastos Moreno, <i>et al.</i> (2021)	A percepção dos gestores das escolas de Ensino Médio em Fortaleza sobre a importância da Educação Física como componente curricular.
Cadernos de Pesquisa	Gislei José Scapin, Liliana Soares Ferreira (2022)	O abandono do trabalho pedagógico na Educação Física do Novo Ensino Médio

Quadro 2 – Artigos selecionados.

Revista	Autor (ano) / Periódico	Título
Educação por Escrito	Luanda Nogueira Souza; Benedito Eugenio; Sandra Márcia Campos Pereira (2022)	A Reforma do Ensino Médio no estado da Bahia e o ensino de Educação Física: o contexto da produção do texto
Entreideias	Cristiano de Souza Oliveira, Alexsandro Rabaioli Nunes Ribeiro (2022)	A Educação Física no Novo Ensino Médio Baiano: uma análise documental
Educação em Questão	Nathalia Dória Oliveira, Allyson Carvalho de Araújo (2022)	As linguagens na base nacional comum curricular do Ensino Médio: diálogos com a Educação Física
Ibero-Americana de estudos em Educação	Eduardo Borba Gilioli, Maria Terezinha Bellanda Galuch, Eduardo Oliveira Sanches (2023)	BNCC, ensino médio e Educação Física: formação de habilidades e competências
Teias	Bruno César Rodrigues da Silva, Lívia Tenorio Brasileiro (2023)	A Educação Física no Novo Ensino Médio: desafios para consolidação nas escolas de Pernambuco
Movimento	Vicente Molina Neto (2023)	Menos Educação Física, menos formação humana, menos educação integral
Motrivivência	Luan Gonçalves Jucá, Daniel Teixeira Maldonado, Samara Moura Barreto (2023)	Na corda bamba de sombrinha: A Educação Física no fio da história na base nacional comum curricular do Ensino Médio.
Ambiente: Gestão e Desenvolvimento (2023)	Daniel Teixeira Maldonado	Educação Física no Ensino Médio e a base nacional comum curricular: contextos, implicações e resistências
Ponto de Vista	Murilo Eduardo dos Santos Nazário, Wagner dos Santos, Amarílio Ferreira Neto (2024)	Narrativas discentes sobre a Educação Física no contexto da Reforma do Ensino Médio.
Ponto de Vista	Rafaela Gonçalves Bellinazo, Jaqueline de Souza Liberalesso, Phillip Vilanova Ilha (2024)	A Educação Física no Novo Ensino Médio: uma análise do referencial curricular gaúcho e do caderno de linguagens e suas tecnologias
Ponto de Vista	Otávio Bonjiovane Lourenço, Rodrigo Gonçalves Duarte, Dirceu Santos Silva (2024)	A percepção dos professores de Educação Física sobre a política do Novo Ensino Médio na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul
Ponto de Vista	José Arlen Beltrão, David Romão Teixeira, Celi Nelza Zulke Taffarel (2024)	A supressão da Educação Física nas matrizes curriculares do Novo Ensino Médio.
Ponto de Vista	Daniele Gonçalves Lisboa Gross, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida (2024)	Traços históricos e culturais da Educação Física e sua relação com a reconfiguração do Ensino Médio
Conexão Comciência	Rhimaykon Teotonio de Sousa Lima (2024)	O lugar da Educação Física no Novo Ensino Médio do Ceará

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

É necessário salientar que, entre as revistas mais importantes na área sociocultural e pedagógica da Educação Física, apenas a *Revista Motrivivência* publicou um dossiê temático sobre o esse componente curricular no Ensino Médio, em 2017⁸. Tal fato corrobora para as críticas apresentadas por Jucá, Maldonado e Barreto (2023, p. 6), ao destacar que “Por incrível que possa parecer, os(as) pesquisadores da Educação Física não deram, até o momento, a atenção necessária para a realidade do componente curricular no Ensino Médio brasileiro [...]”. Outro ponto importante a ser analisado é que, dos 2.558 periódicos encontrados com os descritores da revisão, apenas 1,29%⁹ resultaram em artigos analisados nesta pesquisa, indicando uma pequena parcela de aceitação das revistas para essa temática.

Após a seleção dos artigos, dissertações e tese, iniciou-se o processo de análise da produção. Foi realizada a leitura de todo o material selecionado, identificando as categorias centrais de cada, para construir a bibliografia propositiva (Morosine, 2015). Ao fim, buscou-se realizar uma análise em duas sessões temáticas que dessem centralidade aos objetos de pesquisa dos pesquisadores das produções selecionadas. Assim, a análise dos dados proporcionou a construção das seguintes categorias analíticas: *Navegando na tempestade: um diálogo com os autores sobre a MP 746/2016* e *Alerta de tsunami: a Educação Física frente as mudanças estabelecidas via Lei nº 13.415/2017*, que são apresentadas ao longo das próximas seções.

3 Navegando na tempestade: um diálogo com os autores sobre a MP nº 746/2016

Esta seção aponta pontos convergentes e divergentes encontrados durante a revisão de periódicos, dissertações e teses, contribuindo para uma compreensão mais abrangente do tema. Inicialmente, busca-se contextualizar e problematizar os processos que precederam a formalização e a instrumentalização da Lei nº 13.415/2017, que foi estabelecida por meio da Medida Provisória (MP) nº 746/2016. Essa legislação trouxe mudanças significativas para o currículo do Ensino Médio, especialmente para o campo da Educação Física.

Em um contexto marcado fortemente por uma crise política, autores como Beltrão, Teixeira, Taffarel (2020; 2024), Lourenço, Duarte, Silva (2024), Gariglio, Almeida Junior, Oliveira (2017), Bastos, Santos Junior, Ferreira (2017), Oliveira (2022), Soares (2017), Beltrão (2019), Pereira (2020) e Silva (2019) veem o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rouseff, sucedido por um golpe parlamentar-jurídico-midiático, como um divisor de águas na educação brasileira.

⁸ **MOTRIVIVÊNCIA**. Florianópolis: EdUFSC, v. 29; n. 52, set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/issue/view/2543>. Acesso em: 11 set. 2024.

⁹ Considerou-se os 16 artigos duplicados, mais os 33 selecionados, totalizando 49 produtos.

Essa reorganização do poder criou condições políticas e contribuiu para a implementação de reformas e medidas em diferentes esferas da sociedade, como na economia, no mercado de trabalho, na exploração de recursos naturais e, também, na educação (Beltrão; Taffarel; Teixeira, 2020). Há o entendimento, segundo Molina Neto *et al.* (2017), de que o país ingressou em uma “Era do Gelo”, caracterizada pelo contexto sociopolítico e educacional em que o país se encontra, vinculadas às demandas de mercado da sociedade capitalista, legitimando o regime político-econômico em vigor no país. Os autores descrevem que, por meio de um novo regime fiscal¹⁰, criou-se um estado de crise para, posteriormente, apresentar soluções duras, urgentes e necessárias.

Diante deste cenário, o Ensino Médio ganha novamente destaque nas discussões do campo educacional brasileiro. Pouco tempo depois de sua efetivação como presidente da república, Michel Temer enviou ao Congresso Nacional a MP nº 746/2016, que institui:

[...] a Política de Fomento a Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento e de Valorização dos Profissionais da Educação [...] (Brasil, 2016).

A alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi efetivada “Em processos aligeirados e a despeito da participação efetiva de setores populares, alterações significativas foram realizadas na estruturação e no funcionamento do ensino médio [...]” (Beltrão; Teixeira; Taffarel, 2024, p. 3). O novo governo não levou em conta a ampla discussão com a comunidade acadêmica, estudantes, professores e sociedade em geral, mas, de acordo com Molina Neto *et al.* (2017), Lopes (2021), Castro (2017) e Beltrão, Teixeira e Taffarel (2020; 2024), a “MP 746”, atendeu aos interesses de atores e corporações não governamentais transnacionais ligadas ao capital econômico mundial, como: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) e também aos interesses impostos por setores rentistas e empresariais brasileiros, “[...] representando a retomada neoliberal contra os direitos sociais e da abertura de oportunidades de negócios no campo educacional público para o grande capital nacional e internacional” (Lopes, 2021, p. 155).

A justificativa para tal mudança se concentrava, segundo Gariglio, Almeida Junior e Oliveira (2017), pela crise e/ou fracasso desta etapa da Educação Básica.

¹⁰ Referente à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 55/2016, conhecida como “PEC do teto dos gastos públicos”, que foi aprovada.

[...] o Ministério da Educação (MEC) faz uso indiscriminado de dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), divulgados em 2016, que trata dos resultados negativos das escolas estaduais – resultados esses persistentes desde 2011 – como indicador de “falência do Ensino Médio” (Gariglio; Almeida Junior; Oliveira, 2017, p. 19).

Diante dessas prerrogativas, em uma única “tacada”, o governo federal atendeu aos interesses de grupos específicos e reestruturou a última etapa da Educação Básica. O projeto de educação referenciado alterou a carga horária do Ensino Médio, modificou o número de componentes curriculares obrigatórios (Matemática e Português), reorganizou as disciplinas em áreas do conhecimento¹¹, implementou itinerários formativos e a possibilidade do Ensino à Distância (EaD), tornando o currículo do ensino médio flexível. Uma das principais mudanças que o documento trouxe para o Ensino Médio foi a retirada da obrigatoriedade de alguns componentes curriculares (Arte, Filosofia, Sociologia), entre eles a Educação Física.

No tocante ao campo da Educação Física, também fomos surpreendidos com a possibilidade de supressão deste componente curricular no Ensino Médio, que se materializaria na não obrigatoriedade do mesmo em parte do trajeto formativo dos estudantes, fato que mobilizou um debate significativo em diferentes instâncias e contextos (Gariglio; Almeida Junior; Oliveira, 2017, p. 18).

Diante de tamanhas atrocidades anunciadas pela MP nº 746, eclodiram manifestações no país inteiro. As redes sociais, segundo Nazário, Santos e Ferreira Neto (2020), tornaram-se um espaço para atores sociais se manifestarem sobre o documento. Em sua pesquisa netnográfica com as redes sociais como *Facebook*, *Instagram*, *X* (anteriormente *Twitter*) e *YouTube*, os autores constataram a preocupação dos sujeitos com a perda da obrigatoriedade dos componentes curriculares Educação Física, Artes, Sociologia, Filosofia e História.

Na análise dos discursos narrativos, há perspectivas sustentadas pelos atores sociais que se organizam desde as frustrações com o conteúdo até a dificuldade de entendimento do lugar e sentido das aprendizagens da Educação Física no Ensino Médio. Por outro lado, existem os sujeitos que discordam dessa flexibilização e constroem argumentos direcionando a importância do acesso plural aos diferentes saberes: “Bem como os retrocessos provenientes do não acesso às práticas corporais com intuito de um ideário para a educação para a atividade física regular” (Nazário; Santos; Neto, 2020, p. 19).

¹¹ Organização curricular por áreas do conhecimento: Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química), Ciências Humanas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia), Matemática, Linguagens (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa) e formação técnica e profissional.

A reforma anunciada para o Ensino Médio, segundo Crescêncio e Benites (2018), tornou-se alvo de um grande cenário midiático no que diz respeito à divulgação em meio jornalístico, ao qual, de maneira geral, a população teve acesso. Crescêncio e Benites (2018) analisaram as discussões na mídia jornalística dos cinco jornais pagos de maior circulação no Brasil, sendo eles: *Folha de São de Paulo*, *O Globo* (Rio de Janeiro), *Super Notícia* (Minas Gerais), *Daqui de Goiás* e o jornal *Zero Hora* (Rio Grande do Sul). A partir da análise dos discursos, o estudo apontou de maneira mais acentuada a preocupação da sociedade, mas principalmente dos estudantes, sobre a permanência ou não da Educação Física, comprovando que está é um componente curricular relevante para a formação dos educandos, sendo fundamental sua permanência neste ciclo de ensino (Crescêncio; Benites, 2018, p. 203).

As pesquisas de Nazário, Santos e Ferreira Neto (2020) e Crescêncio e Benites (2018), destacam a participação dos atores sociais via aproximação midiática (televisão e redes sociais), possibilitando a participação, mobilização e reivindicação de cidadãos silenciados na discussão e no debate ao longo da construção da MP nº 746/2016. As entidades científicas, sindicatos de professores, intelectuais orgânicos, organizações estudantis e grupos organizados se mobilizaram em defesa da educação e também da permanência da obrigatoriedade da Educação Física no Ensino Médio. Os autores Bastos, Santos Junior e Ferreira (2017, p. 49) destacam a participação no campo da Educação Física de entidades como o Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte (CBCE), a Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física (ExNEEF), o Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR), o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), entre outros.

Assim, as notas elaboradas para a defesa da obrigatoriedade da Educação Física se tornaram objetos de análise. Cruz e Silva (2019), ao analisarem três notas oficiais publicadas pelo CBCE, CONFEF e Conselho Regional de Educação Física da Quarta Região de São Paulo (CREF4/SP) e dois pedidos de emenda provisória, feitos pelo Deputado André Figueiredo do Partido Democrático Brasileiro (PDT), puderam notar a diversidade epistemológica do campo da Educação Física.

O enfrentamento por parte das instituições e parlamentares se mostrou, de forma unânime, contrário à “MP do Ensino Médio”. Porém, no corpo dos textos, haviam divergências conceituais. A defesa oriunda do CREF4/SP, por exemplo, abordava a defesa do campo a partir do viés da aptidão física, justificado pela área da saúde. Para Bastos, Santos Junior e Ferreira (2017), o CONFEF elaborou sua nota a partir de uma concepção higienista, enquanto o CBCE, em sua nota oficial, apresentou uma Educação Física sob a ótica da cultura, ou seja, o ensino da Educação Física abordado de uma forma mais contemporânea. Ambos os pedidos de emenda provisória do parlamentar André Figuei-

redo vieram ao encontro da nota do CBCE, aproximando-se da perspectiva de Educação Física da entidade.

Em sua multidimensionalidade, o campo da Educação Física sofre influência de diversos discursos científicos que atribuem características específicas às suas finalidades, objetivos e compreensões (Bracht, 2003). Para Hallal e Melo (2017, p. 326), “Trata-se de olhar para o passado para lembrar que, como área, nascemos e desenvolvemo-nos como uma fauna diversa, integrada por gente e conhecimento advindo de diferentes tradições de pesquisa”. Nesse sentido, na defesa da permanência da Educação Física no Ensino Médio, as diversas manifestações das entidades e indivíduos apresentavam diferentes discursos científicos (da aptidão física e da saúde, o higienista e o cultural, por exemplo) sobre o papel da Educação Física na Educação Básica.

Mas não foi somente em defesa da Educação Física que os agentes se mobilizavam. Outro ponto questionável que a MP nº 746/2016 apresentava era a contratação de professores por meio do “notório saber”. Para Bungenstab e Lazzarotti Filho (2017) é o retorno do “prático” para o campo da Educação Física. São profissionais reconhecidos por seus saberes experienciais e culturais em algum esporte específico, de rendimento ou espetáculo, podendo atuar nas escolas caso comprovem experiência profissional em unidades educacionais ou em corporações privadas que atendam exclusivamente o inciso V do artigo 36 da MP nº 746/2016.

Na percepção dos autores, é notório o retrocesso para o campo da Educação Física, uma vez que o bacharel, o provisionado, o ex-atleta, o militar, o técnico ou qualquer outra pessoa com experiência em uma das práticas corporais existente possa tornar-se docente, ocasionando o retorno do dualismo entre corpo e mente, uma vez que as aulas de Educação Física serão pautadas pelos elementos técnicos repetitivos, acompanhada da racionalidade instrumental, sem o devido trato pedagógico. O trabalho do professor de Educação Física corre o risco de ser comparado ao de treinador, por conta da retomada da concepção tecnicista ou esportivista (Bastos; Santos Junior; Ferreira, 2017).

A ascensão desses profissionais ocasionara na desvalorização docente e no retorno dos fantasmas já superados pela Educação Física. Segundo Bastos, Santos Junior e Ferreira (2017), o profissional com “notório saber” poderá se submeter a condições de trabalho desfavoráveis, com salário menor do que o determinado pelo piso nacional de professores, além de outras enfrentar desvantagens trabalhistas por não ser “professor” com as devidas habilitações necessárias. Além disso, se implementado, o “notório saber” impactaria fortemente nos cursos de licenciatura, ocasionando em uma maior procura pelos cursos de bacharelado, por conta da redução da demanda de professores para atuarem na Educação Básica.

Diante desse cenário de incertezas, a Educação Física conseguiu sobreviver à tempestade do Ensino Médio em um primeiro momento, após um intenso processo de debates e críticas, o texto aprovado voltou a incluir a Educação Física como componente curricular obrigatório, cujo conteúdo seria delimitado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, Gariglio, Almeida Junior e Oliveira (2017) apontam que os motivos da reinserção da Educação Física como componente curricular obrigatório são obscuros e imprecisos. Esta frágil reinserção da área aponta para uma crise de legitimidade, já que não há clareza sobre os objetivos e finalidades da Educação Física no Ensino Médio (Castro, 2017). A crise que o governo oferece nos agride, mutila e causa danos irreparáveis ao campo da Educação Física (Molina Neto *et al.*, 2017).

4 Alerta de tsunami: a Educação Física frente às mudanças estabelecidas via Lei nº 13.415/2017

Ao longo do século XX, o campo educacional brasileiro consolidou a obrigatoriedade da Educação Física como componente curricular em todas as etapas da Educação Básica. Ao analisar as atribuições da Educação Física escolar no Ensino Médio, Castro (2017) destaca que esta sempre respondeu aos anseios de determinada época, conforme o contexto histórico, social, político, econômico e cultural da sociedade. Assim, segundo o momento, distintos discursos legitimaram as atribuições e a obrigatoriedade da Educação Física escolar: “Desta forma, os argumentos são sempre repaginados de acordo com os interesses predominantes no contexto da sociedade” (Castro, 2017, p. 133).

Todavia, a Educação Física no Ensino Médio do século XXI entra em crise de legitimidade, frente aos próprios problemas desta etapa de ensino e às recentes reformas estruturais e curriculares recém passadas (Bungenstab, 2019). Para Gariglio, Almeida Junior e Oliveira (2017), ao oferecer menos prestígio à Educação Física, há uma tentativa de deslegitimá-la, colocando-a em uma crise. Neste momento grave, perpassa por suas atribuições, ao analisar os traços históricos e culturais da Educação Física. Gross e Almeida (2024, p. 8) destacam o retorno do “velho” ao regredir “acerca de todo o trabalho de luta pela sua constituição, histórica e cultural”, fazendo com que a Educação Física perca todo o sentido buscado pelos maiores intelectuais da área. Ou seja, a construção do conhecimento no campo da Educação Física, os progressos realizados e os argumentos estabelecidos ao longo do tempo não foram suficientes para legitimá-la na última da Educação Básica.

E a deslegitimação fica evidente na reconfiguração do Ensino Médio via Lei nº 13.415/2017. A Educação Física, juntamente com a Arte, Língua Portuguesa e Inglesa, permanece na área de linguagens, lugar que ocupa desde as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) de 1998 (Oliveira, 2022). A organização por áreas de

conhecimento segue as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) de 2018, e em seu § 2º, consta que “O currículo por área de conhecimento deve ser organizado e planejado dentro das áreas de forma interdisciplinar e transdisciplinar”, e seguindo pelo § 5º, o documento destaca que as áreas de conhecimento devem ser tratadas de forma contextualizada e interdisciplinar, de modo que rompam com o trabalho isolado das disciplinas. Pode-se perceber que as diretrizes, juntamente com os documentos norteadores do Ensino Médio, apresentam uma reorganização dos componentes curriculares, se apropriando do discurso inter-transdisciplinar, mas que não representam avanços reais, pois a forma como os documentos foram estruturados simplificam e hierarquizam os conhecimentos, prestigiando disciplinas como Matemática e Português, e esvaziando o conteúdo das disciplinas ditas “secundárias” (Beltrão; Taffarel; Teixeira, 2020; Beltrão, 2019).

Contudo, ao permanecer na área de linguagens, autores como Gomes e Souza (2020), Souza e Ramos (2017), Beltrão (2019) e Beltrão, Taffarel e Teixeira (2020) questionam a centralidade do objeto de estudo da Educação Física presente nas diretrizes curriculares. Tal indagação advém, segundo os autores, do equívoco de colocar a Educação Física na área de linguagens e suas tecnologias, “[...] sob justificativa de que a preocupação do componente curricular é a linguagem, em especial a corporal [...]” (Gomes; Souza, 2020, p. 395). Dessa forma, “[...] A opção por esse objeto se relaciona com a tentativa de integrar os conhecimentos vinculados ao componente curricular educação física aos demais da referida área” (Beltrão; Taffarel; Teixeira, 2020, p. 666). Com efeito, a sua simples inserção na área de linguagens e suas tecnologias, sem o aprofundamento necessário de seu objeto, faz com que a Educação Física fique armazenada em sua caixinha, assim como a Arte e a linguagem artística, e a Língua Inglesa e Portuguesa com a linguística (Oliveira, 2022), demonstrando “[...] uma inconsistente integração, visto que se tem como pressuposto a unidade dos objetos de ensino desses componentes curriculares [...]” (Beltrão; Taffarel; Teixeira, 2020, p. 665).

Por fim, Araújo e Oliveira (2022, p. 20) destacam possíveis implicações para a Educação Física na área de Linguagens:

- a) a área de linguagem está posta nos documentos de forma isenta dos conflitos e contradições sociais, sem ênfases em crítica social e/ou contexto histórico; b) a EF está inserido na área de linguagem com um recorte bem específico na linguagem corporal, sem possibilidade explícita de diálogo com outras expressões de linguagens; c) as competências e habilidades gerais e específicas da área da linguagem abordam o ensino no contexto escolar de forma genérica e/ou técnica [...].

O currículo apresentado por meio da organização em áreas do conhecimento apresenta uma confusa e rasa ideia do objeto da área, no caso a de Linguagens. Enquanto

o componente da Língua Portuguesa apresenta uma infinidade de possibilidades, as outras disciplinas da área se tornam simples acessórios. Oliveira (2022), ao analisar a Educação Física na área de Linguagens nos documentos oficiais e também o Currículo Estadual de Sergipe na etapa do Ensino Médio, aponta que o ensino da disciplina fica empobrecido e caótico, desfavorecendo a compreensão didático-pedagógica e originando implicações para a prática pedagógica (Souza; Ramos, 2020).

A Educação Física atravessa um novo momento repleto de incertezas acerca de seu papel no currículo do Ensino Médio, e a Lei nº 13.415/2017, articulada com a 3ª versão da BNCC para o Ensino Médio de 2018, “[...] incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física [...]” (Brasil, 2017, p. 1). A Lei, ao estabelecer “estudos e práticas” como objeto de conhecimento, não abriga a Educação Física como campo do conhecimento obrigatório (Cruz; Negrão; Abreu, 2020), estabelecendo, segundo Soares, Abreu e Teixeira (2018), a fragmentação do campo, em seu sentido epistemológico e ontológico, devido ao dualismo presente na sentença “estudos e práticas” que remetem à “teoria e prática” e que, por sua vez, rememora aos sentidos atribuídos à Educação Física, ao longo da história da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/1996), que sempre estiverem associados à prática, no sentido do “saber fazer”. Os estudos de Rocha e Farias (2020) e Bastos, Santos Júnior e Ferreira (2017) apontam que esse quadro materializado pelas políticas educacionais evidenciam a desvalorização da disciplina, e retomam a valorização dos conhecimentos técnicos e esportivos, atribuindo de forma superficial o objeto de ensino da Educação Física no Ensino Médio. Desta forma, o texto apresenta discussões reduzidas que não abrangem a totalidade dos conhecimentos que cada área disciplinar dispõe (Soares, 2017).

A inserção da Educação Física na área de Linguagens e suas Tecnologias, estabelecendo como objeto de conhecimento “estudos e práticas”, manifesta um pensamento simplista na forma de construir o currículo do Ensino Médio, destituindo os conteúdos construídos e acumulados historicamente e a desvalorizando nos sistemas de ensino. Essa desvalorização é implementada por meio da Lei nº 13.415/2017 e da BNCC, as quais serviram como referencial para que as redes de ensino construíssem suas próprias Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, e fossem posteriormente colocadas em prática a nível municipal, estadual e federal.

Souza, Eugenio e Pereira (2022), ao analisarem o contexto da produção de texto do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB), etapa do Ensino Médio, e as implicações do documento para o ensino da Educação Física, destacam que os maus resultados nos indicadores de desempenho, especificamente no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), divulgado em 2018, foram cruciais para a elaboração do documento. Lopes (2021) destaca que a construção do DCRB se deu de forma aligeirada, secundari-

zando a participação dos professores e marginalizando as contribuições dos diversos intelectuais da área sobre os prejuízos da implementação, demonstrando formas não democráticas de encaminhamento da elaboração do documento curricular da Bahia (BA).

A Educação Física em solo baiano, segundo o estudo de Oliveira e Ribeiro (2022) e de Lopes (2021), teve, no Ensino Médio, a sua carga horária reduzida para 80 horas (uma aula no primeiro e segundo ano e a exclusão do terceiro ano), sendo que a matriz anterior previa 200 horas para o Ensino Médio. A disciplina sofrerá com a desvalorização e a redução de carga horária, implicando consequências no trabalho docente como a sobrecarga de turmas, a diminuição do tempo de aula e, também, com a possibilidade de completar sua carga horária assumindo outros componentes curriculares. No processo de ensino-aprendizagem, os conteúdos serão trabalhados de forma superficial, afetando a formação dos estudantes baianos (Souza; Eugenio; Pereira, 2022).

Molina Neto (2023), ao refletir sobre os efeitos da Lei nº 13.415/2017 no Rio Grande do Sul (RS), destaca que a Portaria nº 350/2021 da Secretaria da Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS), que define a matriz curricular do estado, apresenta, assim como no estado da BA, uma forte redução da carga horária da Educação Física, com apenas uma aula por semana no Ensino Médio em escolas públicas estaduais do RS, de forma que “[...] a Educação Física Escolar adocece, para não dizer que caminha para a extinção no Ensino Médio gaúcho” (Molina Neto, 2023, p. 4).

A solução encontrada, de acordo com Molina Neto (2023), é a utilização da parte reservada aos itinerários formativos para ampliar a carga de todas as disciplinas secundarizadas pela portaria. Os itinerários formativos, construídos pela SEDUC/RS, estão apresentados por temas, existindo a possibilidade de serem trabalhados concomitantemente por duas áreas do conhecimento. Sendo assim, a Educação Física poderá participar de todos os itinerários formativos da área de Linguagens (Kuhn, 2021). Mas o mesmo não acontece nas trilhas de aprofundamento da área. Bellinazo, Liberalesso e Ilha (2024), ao analisá-las, destacam que o docente de Educação Física só poderá atuar em seis componentes curriculares de 54, ou seja, o componente curricular perde espaço no ensino médio do RS.

Ao investigar a Escola-piloto de ensino médio Esperança, de tempo integral, no estado do Rio Grande do Sul, Kunh (2021) destaca que a Educação Física ganhou espaço com a criação do Clube de Esportes, pertencente ao itinerário formativo de culturas juvenis. O componente curricular passou a ter a carga horária de 4 horas semanais, somando as 2 horas da parte básica às 2 horas do itinerário formativo. No entanto, o tempo destinado ao clube de esportes é utilizado para o treinamento de times para a participação nas competições dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS). Isso representa duas formas distintas do componente curricular de Educação Física na escola, e diante da Lei nº 13.415/2017, destinando a maior carga horária para os itinerários formativos. Kunh (2021) entende a

possibilidade da contratação por meio do “notório saber” e da abertura para convênios com clubes e escolinhas de iniciação esportiva para a oferta de itinerários formativos vinculados ao componente curricular da Educação Física no RS.

O documento referencial do Ceará foi o objeto de estudo de Lima (2024). Ao analisar o lugar da Educação Física nos itinerários formativos, o autor destaca a presença massiva de esportes, cujo conteúdo predomina o ensino de técnicas e táticas das modalidades esportivas visando o aperfeiçoamento motor dos discentes.

Segundo Lima (2024, p. 13):

Todas as unidades curriculares eletivas relacionadas ao componente EF se mostram como típicas escolinhas de modalidades esportivas, onde o principal objetivo é desenvolver habilidades específicas, primando pela aprendizagem de técnicas, aprimoramento físico, enfim, tudo aquilo que por anos a educação física escolar tentou ressignificar, em busca de um estatuto científico.

Em sua dissertação, Machado (2023) aborda o desenvolvimento de um itinerário formativo relacionado à Educação Física escolar no estado de São Paulo (SP). A Resolução nº 97/2021 do SEDUC/SP elaborou a matriz curricular do estado e estabeleceu “c) 02 (duas) aulas do componente curricular de Educação Física que compõem a carga horária do Itinerário Formativo serão oferecidas de forma presencial no contraturno ou aos sábados, ou pelo Centro de Mídias de SP (CMSP)”. A diretiva diluiu os componentes curriculares nos itinerários formativos, excluindo a Educação Física da formação básica.

A diretriz também apontava a possibilidade de o professor atuar para além da área de Linguagens, estando presente em outras áreas do conhecimento no currículo paulista, como Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Mas, em sua prática docente, a autora aponta para a dificuldade da integração curricular entre os itinerários formativos, elencando problemas como o tempo para planejamento individual e coletivo: “Para mim, não há como integrar se não houver, no mínimo, tempo remunerado e em conjunto, destinado aos professores dos itinerários” (Machado, 2023, p. 66). A mesma dificuldade também foi encontrada em duas escolas-piloto no RS. Ao analisá-las, Kunh (2021) descreve que as escolas investigadas optaram por manter os componentes curriculares de forma tradicional, ou seja, cada componente em sua caixinha. A conservação deste modelo aconteceu na Escola Esperança por iniciativa da própria direção, e na Escola Vida, pela recusa dos docentes ao documento elaborado pela supervisora.

Os estados de SP, BA e RS apresentam uma pluralidade no que se refere à carga horária, sendo possível visualizar uma redução significativa do número de aulas do componente curricular da Educação Física no Ensino Médio. Em suas pesquisas Jucá, Maldonado e Barreto (2023) e Beltrão, Teixeira, Taffarel (2024) apontam para a supressão do tempo

pedagógico das aulas de Educação Física nas matrizes curriculares do Novo Ensino Médio, materializado nas 27 Unidades Federativas (UFs).

No que se refere à Educação Física, ela permaneceu como componente curricular em todas as matrizes curriculares das redes estaduais e distrital de ensino. Entretanto, sua presença em todos os anos do ensino médio ocorre apenas em 14 redes (AC, AM, CE, DF, MA, MS, PA, PB, RN, RS, RO, SC, SE e TO). Outros 8 estados (AP, BA, PR, PE, PI, RJ, RR e SP) introduziram a Educação Física em dois anos de suas matrizes, enquanto Espírito Santo e Goiás reduziram a participação desse componente curricular a um único ano do último nível da educação básica (Beltrão; Teixeira; Taffarel, 2024, p. 10).

O mapeamento realizado pelos autores destaca a carga horária mínima, de uma aula, apenas no primeiro ano do Ensino Médio no estado de Goiás (GO), sendo o mais próximo de retirar a Educação Física do currículo. Outros estados como BA, Espírito Santo (ES), Pernambuco (PE), Piauí (PI) e Roraima (RR) restringiram a Educação Física a apenas duas horas em suas matrizes curriculares para o Ensino Médio. Apenas o estado do Acre (AC) ofertou em sua matriz curricular duas aulas semanais em todos os anos do Ensino Médio (Beltrão; Teixeira; Taffarel, 2024; Jucá; Maldonado; Barreto, 2023).

Houve uma grande redução da carga horária para a Educação Física, acarretando em diversas consequências para a disciplina. Beltrão, Teixeira e Taffarel (2024), destacam que com apenas uma aula semanal em todo o Ensino Médio, ou mesmo com três aulas semanais, a consolidação e o aprofundamento necessário dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental estarão prejudicados. Com efeito, os prejuízos para a formação dos jovens serão irreparáveis, havendo um rompimento do processo de reflexão sobre os conhecimentos historicamente produzidos (Jucá; Maldonado; Barreto, 2023), pois a seleção de conteúdos se dará de modo restritivo e não contemplará a abrangência do componente curricular (Molina Neto, 2023).

As modificações formalizadas via Lei nº 13.415/2017 e implementadas nas redes de ensino se constituem como barreiras para a formação integral dos discentes, empobrecendo a formação devido ao rebaixamento teórico e à secundarização dos componentes curriculares básicos no Ensino Médio. Ao pesquisar as escolas de referência da Rede Pública de Ensino de Pernambuco, Silva (2019) compreende que não há novidade na orientação curricular, pois traz de volta o distanciamento entre o ensino propedêutico e profissionalizante, deixando em segundo plano a formação integral. Assim, Silva (2019) e Bungenstab e Lazzarotti Filho (2017) constataram que as diretrizes para o Ensino Médio nascem propondo novidade, mas resgatam paradigmas superados como o velho dualismo, reforçando uma formação técnica-profissional na escola pública que atenda ao mercado com a mão

de obra barata e, nas escolas privadas, ofertar a formação para o vestibular de maneira propedêutica. Dessa forma, percebe-se que os impactos na formação dos jovens somente impactarão aqueles que estudarem na escola pública.

5 Considerações finais

O Estado de Conhecimento utilizado como metodologia nesta pesquisa proporcionou uma visão multidimensional sobre as produções científicas disponíveis no banco de teses, dissertações e periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com foco na Educação Física no Novo Ensino Médio. Os estudos que compuseram a investigação do tipo Estado de Conhecimento possibilitaram visualizar os principais pontos que impactam o objeto de estudo, com base nas análises das pesquisas encontradas. A partir dos tópicos sobre a produção científica existente, as conclusões transitórias oferecem uma visão panorâmica dos impactos reais da reforma do Ensino Médio no campo da Educação Física. A transitoriedade do conhecimento sobre essa temática resulta das possíveis reformulações em curso no Novo Ensino Médio, conforme estabelecido pelo PL nº 5.230/23, que prevê uma nova reestruturação curricular para o último ciclo da Educação Básica.

Diante das mudanças estabelecidas pela Lei nº 13.415/2017, a pesquisa mostra que é necessário alterações na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visto que, para os autores, ao inserir como objeto de conhecimento “estudos e práticas” do componente curricular da Educação Física, o documento norteador não considera os avanços do conhecimento construídos no campo e retorna para o “velho”, retomando a valorização de conhecimentos técnicos e esportivos, simplificando seu objeto de ensino, além de secundarizar e desvalorizar o componente na área de Linguagens.

As áreas do conhecimento possuem as disciplinas separadas por blocos que, mesmo conectadas, perdem a sua compreensão do todo ao centrar suas atenções apenas nas partes. Esse olhar, transmitido para todas as instituições escolares do sistema educacional, trazem consigo uma dimensão e uma percepção negligenciada das disciplinas, colocando barreiras entre as áreas de conhecimento, isolando-as em relação às outras e aos problemas que se sobrepõem nas disciplinas (Morin, 2001). Diante do exposto, é perceptível compreender que os documentos se apropriam do discurso inter-transdisciplinar, mas que não significam avanços reais, pois a estrutura educacional e o próprio sistema de ensino ainda atuam no modelo tradicional, impedindo a integração dos componentes curriculares e das áreas do conhecimento.

Ao ser desvalorizada e secundarizada, a Educação Física tem sua carga horária na formação básica diminuída nas 27 Unidades Federativas (UFs) do Brasil, trazendo grandes

limitações para a prática docente. Isso reflete na formação dos jovens, pois terão o aprofundamento dos conhecimentos obtidos no Ensino Fundamental negados e a seleção dos conteúdos se dará de maneira restrita, não contemplando os conhecimentos historicamente produzidos.

Nesta revisão, nos estados de São Paulo (SP), Rio Grande do Sul (RS) e Ceará (CE), os itinerários abrem brecha para a terceirização do componente curricular da Educação Física no Ensino Médio, visto que há uma regressão na forma como os estados tratam o objeto de conhecimento da Educação Física, esvaziando os conteúdos e ofertando os itinerários como escolinhas de iniciação esportiva, treinamentos para competições, retirando a disciplina da formação básica e a ofertando no contraturno ou em outros espaços. Dessa forma, é preciso rever o equívoco do parágrafo IV do art. 6º da Lei 13.415/2017, que modifica o art. 61 da Lei 9.394/1996 e que desvaloriza o docente e o componente curricular da Educação Física.

Ao lidar com uma grande quantidade de produções acadêmicas, as pesquisas selecionadas indicam que o Novo Ensino Médio é palco de debates e discussões que ainda se encontram em estágio embrionário. Ao longo de sua efetivação nas redes, é esperado que essas questões se tornem objeto de estudos e produções acadêmicas nos diversos campos do conhecimento. Durante a análise, foram identificadas, principalmente, críticas à reforma do Ensino Médio, ao componente curricular da Educação Física e à formação dos jovens, sem que houvesse pesquisas que destacassem aspectos positivos. Os dados mostram que poucas investigações discutem as implicações da reforma dentro da cultura escolar com metodologias científicas que permitam um aprofundamento das pesquisas para além dos documentos. Assim, este estudo aponta para lacunas que podem ser exploradas ao longo da implementação da reforma.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Allyson. Carvalho; OLIVEIRA, Natália. Dória. As linguagens na Base Nacional Comum Curricular do ensino médio: diálogos com a Educação Física. **Revista Educação em Questão**, [s. l.], v. 60, n. 63, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/28991>. Acesso em: 14 jun. 2024.

BASTOS, Robson dos Santos; SANTOS JUNIOR, Osvaldo Galdino dos; FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida. Reforma do ensino médio e a Educação Física: um abismo para o futuro. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 38-52, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n52p38>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BELLINAZO, Rafaela. Gonçalves; LIBERALESSO, Jaqueline de Souza.; ILHA, Phillip Vilanova. A Educação Física no novo ensino médio: uma análise do referencial curricular gaúcho e do caderno de linguagens e suas tecnologias. **Revista Ponto de Vista**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 1-18, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/16483>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BELTRÃO, José Arlen. **Novo ensino médio: o rebaixamento da formação, o avanço da privatização e a necessidade de alternativa pedagógica crítica na educação física**. 2019. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/28890?mode=full>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BELTRÃO, José Arlen; TEIXEIRA, Davi Romão; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. A Educação Física no novo ensino médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, p. 656-680, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7024>. Acesso em: 11 jul. 2024.

BELTRÃO, José Arlen; TEIXEIRA, Davi Romão; TAFFAREL, Celi. Nelza. Zulke. A supressão da Educação Física nas matrizes curriculares do novo ensino médio. **Revista Ponto de Vista**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/17037>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Diário Oficial da União, Brasília, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Ministério Da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base – Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007; [...] e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Inte-

gral. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 154, n. 35, p. 1-2, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021. Estabelece diretrizes para a oferta de cursos de Educação a Distância. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2021. Seção 1, p. 45. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-521-de-13-de-julho-de-2021-331876769>. Acesso em: 11 set. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei nº 5.230, de 2023. Altera disposições da legislação vigente. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2399598>. Acesso em: 11 set. 2024.

BRACHT, Valter. **Educação Física & ciência**: cenas de um casamento (in)feliz. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

BUNGENSTAB, Gabriel Carvalho; LAZZAROTTI FILHO, Ari. A Educação Física no “novo” Ensino Médio: a ascensão do notório saber e o retorno da visão atlética e “esportivizante” da vida. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 19-37, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n52p19>. Acesso em: 17 jul. 2024.

BUNGENSTAB, Gabriel Carvalho. Educação Física, ensino médio e juventude: vamos falar sobre crise? **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 22, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/53197>. Acesso em: 11 jul. 2024.

CALVINO, Italo. **Palomar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTRO, Vanessa Gomes de. As atribuições da Educação Física escolar: um enfoque especial no ensino médio. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 124-135, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n52p124>. Acesso em: 13 set. 2024.

CRESCÊNCIO, Graziella da Silva; BENITES, Larissa Cerignoni. A reforma do ensino médio nos jornais: elementos para um diálogo sobre a educação física. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 16, n. 1, p. 193-205, 2018. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/18352>. Acesso em: 04 jul. 2024.

CRUZ, Lauro Rafael; NEGRÃO, Alice Raquel Maia; ABREU, Meriane Conceição Paiva. Concepções e perspectivas à Educação Física na base nacional comum curricular do ensino médio no Brasil. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 62, p. 01-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e66752>. Acesso em: 13 set. 2024.

CRUZ, Lauro Rafael; SILVA, Monica Ribeiro. A Educação Física frente às ameaças da medida provisória 746/16: movimentações e repercussões. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 30-50, 2019. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/13>. Acesso em: 12 jul. 2024.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. [S. l.]: Perspectiva, 2009.

GARIGLIO, José Ângelo; ALMEIDA JUNIOR, Admir Soares; OLIVEIRA, Cláudio Márcio. O “novo” ensino médio: implicações ao processo de legitimação da Educação Física. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 53-70, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n52p53>. Acesso em: 13 set. 2024.

GILIOLI, Eduardo. Borba.; GALUCH, Maria. Terezinha. Bellanda.; SANCHES, Eduardo. Oliveira. BNCC, Ensino Médio e Educação Física: Formação de habilidades e de competências. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023006, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15694>. Acesso em: 11 jul. 2024.

GOMES, Gabriel Vielmo; SOUZA, Maristela da Silva. A secundarização da Educação Física na reforma do ensino médio. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 389-400, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/36056>. Acesso em: 13 set. 2024.

GROSS, Daniele Gonçalves Lisboa.; Almeida, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de. Traços históricos e culturais da Educação Física e sua relação com a reconfiguração do Ensino Médio. **Revista Ponto de Vista**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 01–18, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrv.br/RPV/article/view/16119>. Acesso em: 27 jun. 2024.

HALLAL, Pedro C.; MELO, Victor Andrade de. Crescendo e enfraquecendo: um olhar sobre os rumos da Educação Física no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 39, n. 3, p. 322-327, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/SknwzJLXsDKjGF7zCLmPF3L#>. Acesso em: 15 out. 2024.

JUCÁ, Luan Gonçalves; MALDONADO, Daniel Teixeira; BARRETO, Samara Moura. Na corda bamba de sombrinha: a Educação Física no fio da história na base nacional comum curricular do ensino médio. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 35, n. 66, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/93798>. Acesso em: 1 jul. 2024.

KUHN, Simone. **A reforma do ensino médio e suas implicações para a Educação Física na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul**: um estudo de caso. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/258648>. Acesso em: 1 jul. 2024.

LESSA, Angélica Vilela. **A Reforma Do Ensino Médio (Lei 13.415/2017): Uma Análise Da Perspectiva Dos Professores De Educação Física Da Rede Estadual De Pelotas/RS**. 2018. 63f. Dissertação. Universidade Federal de Pelotas, 2018. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgef/files/2019/02/Ang%C3%A9lica-Vilela-Lessa.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

LIMA, Rhimaykon Teotonio de Sousa. O lugar da Educação Física no novo ensino médio do Ceará. **Conexão ComCiência**, [s. l.], v. 1, n. 4, 2024. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/conexaocomciencia/article/view/12026>. Acesso em: 15 jun. 2024.

LOPES, Adriana Vitória Cardoso. **A reestruturação curricular da educação física escolar na educação profissional no estado da Bahia diante da reforma do ensino médio**. 2021. 194f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, 2021.

LOURENÇO, Otavio Bonjiovane; DUARTE, Rodrigo Gonçalves; SILVA, Dirceu Santos. A percepção dos professores de Educação Física sobre a política do novo Ensino Médio na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul. **Revista Ponto de Vista**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 1-22, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/16898>. Acesso em: 2 jul. 2024.

MACHADO, Perla Cristina Frangioti. **Desenvolvimento de itinerário formativo relacionado com a Educação Física escolar**: desafios e perspectivas no novo ensino médio. 2023. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação Física Escolar) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/17912>. Acesso em: 1 jul. 2024.

MAGALHÃES, Alcio C.; MAIA, J. C. A. A Educação Física escolar no contexto da contrarreforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415): O contrafogo pela insistência na crítica e na articulação ciência, cultura e trabalho. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 22, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/54757>. Acesso em: 27 jun. 2024.

MALDONADO, Daniel Teixeira. Educação Física no Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular. Ambiente: **Gestão e Desenvolvimento**, [S.L.], p. 70-84, 17 jul. 2023. Universidade Estadual de Roraima. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/1105>. Acesso em: 13 set. 2023.

MANOEL, Edison De Jesus; CARVALHO, Yara Maria De. Pós-graduação na educação física brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica. **Educação e Pesquisa**, v. 37, n. 2, p. 389-406, 2011. Disponível em: Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022011000200012-&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 15 jul. 2024.

MOLINA NETO, Vicente; FONSECA, Denise Grosso da; SILVA, Lisandra Oliveira e; LOPES, Rodrigo Alberto; WITTIZORECKI, Elisandro Schultz. A Educação Física no ensino médio ou para entender a era do gelo. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 87-105, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n52p87>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MOLINA NETO, Vicente. Menos Educação Física, menos formação humana, menos educação integral. **Movimento**, Florianópolis, v. 29, p. e29001, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/125819>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. **O Método 1: A natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina: 2008.

MORENO, Danilo. Bastos.; ANDRADE, César. Augusto. Barroso. de; ALVES, Maria. Emanuela. Cordeiro.; RODRIGUES, Leonardo. Coelho. A percepção dos gestores das escolas de ensino médio em Fortaleza sobre a importância da educação física como componente curricular. **Caderno de Educação Física e Esporte**, Marechal Cândido Rondon, v. 19, n. 3, p. 59–64, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/cadernoedfisica/article/view/27514>. Acesso em: 19 jul. 2024.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revistada Educação**. Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822>. Acesso em: 14 jul. 2024.

MOTTA, Alex Frisselli de Oliveira. **Novo Ensino Médio e Educação Física: um estudo sobre a lei 13.415/17 e a proposta curricular do estado de Mato Grosso**. Dissertação - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. 2023. 72f. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14098311. Acesso em: 13 jul. 2024.

NAZÁRIO, Murilo Eduardo dos Santos; SANTOS, Wagner dos; FERREIRA NETO, Amarílio. Netnografia da Educação Física na reforma do ensino médio brasileiro: práticas discursivas nas redes sociais Youtube, Instagram, Facebook e Twitter. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 62, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-80402.2020e67843>. Acesso em: 11 jul. 2024.

NAZÁRIO, Murilo Eduardo dos Santos; SANTOS, Wagner dos; FERREIRA NETO, Amarílio. Narrativas discentes sobre a Educação Física no contexto da reforma do Ensino Médio. **Revista Ponto de Vista**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 01–18, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RPV/article/view/16591>. Acesso em: 13 jul. 2024.

OLIVEIRA, Nathalia Doria. **Reforma curricular do ensino médio: uma análise sobre a noção de linguagem e suas implicações para a Educação Física**. 2022. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/48428>. Acesso em: 13 jun. 2024.

OLIVEIRA, Cristiano de Souza; RIBEIRO, Alexsandro Rabaioli Nunes. A Educação Física no novo ensino médio baiano: uma análise documental. **Revista Entreideias: educação, cultura e sociedade**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/42722>. Acesso em: 11 jul. 2024.

PACHECO, Gabriel. Francisco. Zago.; SILVEIRA, Sérgio. Roberto. O currículo de Educação Física no Ensino Médio do estado de São Paulo na voz dos professores: uma avaliação pré-reforma. **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 24, p. 1–21, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15233>. Acesso em: 14 jul. 2024.

PASCAL, B. Pensamentos. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2005

PEREIRA, Fernando Fabichaki. **Formação e condições de trabalho dos professores de humanidades do Ensino Médio nos estados do Sul do Brasil**. 2020. 108f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2020. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_a13c9d14a8301fef0fc569439d9b369f. Acesso em: 14 jul. 2024.

RIO GRANDE DO SUL, Portaria SEDUC/RS n. 350/2021. Dispõe sobre a organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio no âmbito das escolas da rede pública estadual de ensino

do Estado do Rio Grande do Sul. Secretária da Educação: Porto Alegre, RS, 2021. Disponível em: <https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=661880>. Acesso em: 14 de jul. 2024.

ROCHA, Bruna Beatriz da. **Educação Física no ensino médio**: os dilemas da disciplina com a lei nº 13.415. 2020. 76f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/handle/1/41361?mode=full>. Acesso em: 13 jun. 2024.

ROCHA, Bruna Beatriz da; FARIAS, Marcio Noberto. A nova reforma do Ensino Médio amparada pela lei 13.415 e suas ameaças para a disciplina de educação física. **Devir Educação**, [s. l.], p. 85-100, 2020. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/224>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Resolução SEDUC nº97, de 08-10-2021**. 2021. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/RESOLU%C3%87%C3%83O%2097.PDF?Time=18/07/2022%2007:35:44>. Acesso em 23 jun. 2024.

SCAPIN, Gabriel. José.; FERREIRA, Liliana. Soares. O abandono do trabalho pedagógico na educação física do Novo Ensino Médio. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, p. e09413, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/9413>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SILVA, Bruno César Rodrigues da. **A educação física no novo ensino médio**: dificuldades e possibilidades de consolidação nas escolas de referência da rede pública de ensino do Estado de Pernambuco. 2019. 230f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Pernambuco, Universidade Federal da Paraíba, Recife, 2019. Disponível em: <https://www.ethnosefef.upe.br/imagens/dissertacoeseses/Dissertacao-Vesao-Final-2.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.

SILVA, Bruno César Rodrigues da; BRASILEIRO, Livia Tenorio. A Educação Física no novo ensino médio: desafios para consolidação nas escolas de Pernambuco. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 75, p. 237-248, out. 2023. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052023000400237&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 05 jul. 2024.

SOARES, Marta Genú; ABREU, Meriane Conceição Paiva; TEIXEIRA, Carla Loyana Dias. A reforma do Ensino Médio - 2017: notas sobre a formação de professores, a educação e a Educação Física. **Ensino em Re-Vista**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 452-473, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/43258>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SOARES, Fernando Augusto Generino. **A contrarreforma do ensino médio do governo Michel Temer**: a reorganização do projeto neoliberal e a desconstrução da Educação Física Escolar. 2017. 190f. Dissertação (Mestrado em educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2017. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_893cf3cb97ac46697be-300532d67332b. Acesso em:

SOUZA, Maristela da Silva; RAMOS, Fabrício Krusche. Educação Física e o mundo do trabalho: um diálogo com a atual reforma do ensino médio. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 71-86, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n52p71>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SOUZA, Weder Camillo de. **O novo ensino médio e a educação física nas escolas públicas do Mato Grosso**: itinerários formativos e o protagonismo juvenil. 2021. 75f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Rondonópolis, 2021. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_38d58031611eb-287179c58ba8796ac1a. Acesso em: 14 jul. 2024.

SOUZA, Luana Nogueira; EUGENIO, Benedito; PEREIRA, Sandra Márcia Campos A reforma do ensino médio no estado da Bahia e o ensino de Educação Física: O contexto da produção do texto. **Educação Por Escrito**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. e43681, 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/43681>. Acesso em: 11 jul. 2024.

TELES, Juslei Teixeira. A Disciplina educação física para o nível médio nos discursos das reformas educacionais brasileiras (1971-2017). 2021. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/4891>. Acesso em: 11 jul. 2024.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, [s. l.], v. 14, n. 41, p. 165-189, 12 jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/2317>. Acesso em: 14 jul. 2024.

Recebido em maio/2024 | Aprovado em outubro/2024

MINIBIOGRAFIA

Sérgio de Oliveira Junior

Mestre e Doutorando em Educação – pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da da Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professor na Rede Estadual de Santa Catarina.
E-mail: sergiojrmano@gmail.com

Victor Julierme Santos da Conceição

Doutor em Ciências do Movimento Humano pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014). Professor na Universidade Federal de Santa Catarina, atuando no Colégio de Aplicação e no Programa de Pós-graduação em Educação.
E-mail: victorjulierme@gmail.com